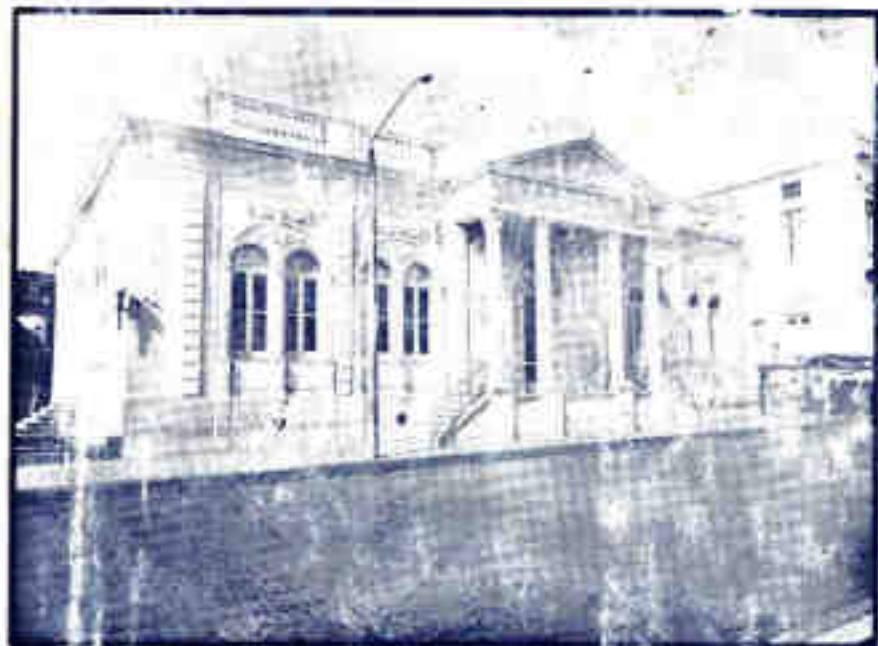


HISTÓRIA EM REVISTA



PUBLICAÇÃO DO NÚCLEO
DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA UFPel

Número 2 - 1996



Editora e Gráfica Universitária - UFPel

HISTÓRIA EM REVISTA

Núcleo de Documentação Histórica

UFPel
Editora Universitária

Pelotas - Número 2 - 1996

Classe: <i>Revista</i>
Registro: <i>585</i>
Data: <i>24/03/97</i>
Doação: <i>Publicação do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel</i>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

COPYRIGHT © Núcleo de Documentação Histórica da UFPel

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE PELOTAS**

Reitor:

Prof. Antonio Cesar Gonçalves
Borges

Vice-Reitor:

Prof. Daniel Souza Soares
Rassier

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-
Graduação:**

Prof. Alci Enimar Loeck

**Pró-Reitor de Extensão e
Cultura:**

Prof. Francisco Elifalete
Xavier

Pró-Reitora Administrativa:

Prof. Inguelore Scheunemann
de Souza

Pró-Reitor de Graduação:

Prof. Paulo Roberto Soares de
Pinho

**Pró-Reitor de Planejamento e
Desenvolvimento:**

Bel. Antonio Leonel da Silva
Cunha

EDITORA UNIVERSITÁRIA

Diretor:

Jorn. Fernando de Oliveira Vieira

Gerente Operacional:

Bel. Manuel Antonio da Silva
Tavares

Planejamento Editorial:

José Hermínio Barbachã

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS**

Diretor:

Prof. Sidney Gonçalves Vieira -

Vice-Diretor:

Prof. Sebastião Peres

**Núcleo de Documentação
Histórica da UFPel**

Coordenação Administrativa:

Profª Cláudia Mauch

**Coordenadores de Linhas de
Pesquisas:**

**Quotidiano de Pelotas (e
Região Sul):**

Profª Fábio Vergara Cerqueira

Movimentos Populares:

Profª Beatriz Ana Loner

Antropologia:

Profª Flávia Maria Silva Rieth

Imigração e Gênero:

Profª Lorena Almeida Gill

Conselho Editorial:

Profª Lorena Almeida Gill

Profª Maria Leticia Mazzocchi
Ferreira

Técnicos Administrativos:

Alvim da Silva Jorge

Domingos Barreto Rodrigues

**Digitação, Composição e
Diagramação:**

Mara Lúcia Vasconcelos da
Costa

Ficha Catalográfica: Vera Ruth Machado Campelo

História em Revista. Pelotas: Instituto de Ciências Humanas; Núcleo de Documentação Histórica/UFPel, nº 2, 1996, Semestral.

1. Ciências Humanas - Periódico. 2. História - Periódico.

CDD 905

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
II FORUM DE TEORIAS DA HISTÓRIA	
1. A SEXUALIDADE NO BRASIL COLONIAL	09
Luiz Mott	
2. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTATUTO DO TEXTO HISTÓRICO.....	29
Themístocles Cezar	
3. O DIÁLOGO TENSO ENTRE PAUL VEYNE E MAX WEBER.....	47
Adhemar Lourenço da Silva Jr.	
PESQUISAS DO NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA UFPel	
1. O ASSENTAMENTO DA PALMA: a individualização do coletivo.....	65
Beatriz Ana Loner, Lorena Almeida Gill, Paulo Mattos, César Reis Gomes, Rodrigo Dias	
2. OS JUDEUS EM PELOTAS.....	85
Lorena Almeida Gill, Jairo Luis Fleck Falcão	
HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA	
1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DAS MENTALIDADES.....	97
Álvaro Moreira Hypolito	
2. O PODER ATRIBUÍDO À MÚSICA NO IMAGINÁRIO GREGO: SUAS MANIFESTAÇÕES E SUAS FUNDA- MENTAÇÕES CULTURAIS	107
Fábio Vergara Cerqueira	

3. FOTOGRAFIA E DOCUMENTO: DUPLICIDADE INALIENÁVEL.....	137
Francisca Micholon	
4. A INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA EM PELOTAS.....	149
Günter Axt	
5. NO LIMITE DA VIDA? NOTAS SOBRE VELHICE E MORTE.....	175
Maria Leticia Mazzucchi Ferreira	
6. O ENSINO DA HISTÓRIA: CONCEPÇÕES E METODOLOGIA.....	189
Paulo André Passos de Mattos	
7. O ESTUDO ARQUEOLÓGICO DO QUILOMBO DE PALMARES.....	201
Pedro Paulo A. Funari	
ENTREVISTA COM OTÁVIO BRANDÃO	209
RESENHAS	
1. Resenha do Livro de GENRO, Tarso. "Utopia possível".....	255
Delamar José Volpato Dutra	
2. Resenha do Livro de Priore, Mary Del. "Festas e Utopias no Brasil Colonial".....	261
Edgar Rodrigues Barbosa Neto	

APRESENTAÇÃO



O Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL foi criado em março de 1990 tendo como propostas iniciais resgatar e conservar documentos relativos à própria instituição, bem como desenvolver acervo que tivesse como temática organizadora, o movimento operário na cidade de Pelotas. Passados seis anos de sua fundação, o Núcleo ampliou sua abrangência para outras linhas de investigação, contando atualmente com cinco pesquisadores vinculados ao Departamento de História e Antropologia, dois técnico-administrativos e alunos bolsistas, cujas pesquisas tematizam sobre o cotidiano, movimentos sociais, imigração e gênero.

A trajetória que vem trilhando o Núcleo de Documentação nessa sua recente existência mostra sua disposição em abrir-se aos mais variados objetos de investigação, às mais diferentes formas de abordagem do real, concebendo em seu interior profissionais de áreas diversas como historiadores e antropólogos num diálogo extremamente profícuo e contemporâneo que adquire visibilidade na revista que ora trazemos ao público.

A INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA EM PELOTAS

GUNTER AXT
- UFRGS -

INTRODUÇÃO

No presente artigo procura-se reconstruir a trajetória da indústria de energia elétrica em Pelotas desde seus antecedentes, expressos na iluminação pública a óleo de baleia, até a desativação do parque gerador próprio da cidade, em 1974, pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). Pretende-se verificar as características próprias que a indústria de energia elétrica assumiu no município após a sua instituição, em 1914, e suas relações com os poderes públicos, estadual e municipal, com os usuários dos serviços prestados pelas concessionárias e, ainda, suas relações com os operários que respondiam pela movimentação das usinas e dos transportes urbanos. Contextualizar-se-á os interesses e limites da iniciativa privada e a influência do parque gerador das empresas de eletricidade sobre o processo de industrialização local.

Diante da escassez de documentação institucional elaborada pelas próprias empresas de eletricidade, cujos arquivos foram em grande parte extraviados, este estudo foi urdido com base em fontes produzidas pelos poderes públicos, sobretudo Relatórios de Intendência e Anuários Estatísticos do Estado, e, ainda, com base em fontes encontradas junto à imprensa da época, local e da capital. Contudo, os dados até aqui levantados são freqüentemente incompletos e mesmo

conflitantes. No que concerne especificamente às indicações referentes à capacidade instalada nas usinas geradoras ou ao consumo e produção de energia elétrica, nossos apontamentos são em geral aproximados.

Os Antecedentes da Eletricidade: a iluminação pública, do óleo de baleia ao gás encanado

Os primeiros registros de iniciativas de iluminação pública no Rio Grande do Sul remontam a fins do século XVIII, quando então remetiam-se a práticas que preenchiam uma função cerimonial. Como expressão do civismo da época, alguns passeios públicos e fachadas de edificações oficiais eram ornados em ocasiões solenes pela claridade trêmula de rústicos candeeiros alimentados por azeite de peixe ou óleo de baleia. Aos poucos, as práticas de iluminação dos espaços públicos foram adquirindo novas dimensões, traduzindo novas formas de relação dos habitantes com seu meio urbano e tomando-se sistemáticas. A preocupação com a segurança pública, por exemplo, cada vez mais impunha um esforço de dominação do espectro das trevas. Os candeeiros, ainda depositários de sua importância cerimonial, dignificavam os locais por onde eram dispostos, despertando um novo sentido de estética urbana.

Era assim, pois, que a administração da cidade de Pelotas em meados do século XIX castigava aqueles que deitassem lixo nos passeios públicos, estando as ruas iluminadas. Pelotas foi das primeiras cidades do estado a ser dotada de um sistema de iluminação pública permanente. "Em execução da lei provincial nº 78, de 18 de abril de 1846, foram colocados 320 lâmpões na parte da cidade compreendida entre as ruas Alegre (Gonçalves Chaves) e Santa Bárbara (Marechal

Deodoro) e São Jerônimo (Marechal Floriano) e Santo Antônio (Dr. Miguel Barcellos e Senador Mendonça), não se estendendo para o sul, que era, naquela época, vasto descampado sem edificações". Em 13 de dezembro de 1848, inaugurava-se o serviço, com lâmpões que queimavam azeite de mocotó, cuja claridade bruxuleante era dispensada em noites enluaradas⁽¹⁾.

Em 1854, Pelotas era beneficiada por um contrato assinado pelo governo da Província, interessado na iluminação pública de suas principais cidades. Com uma firma concessionária, que empregaria um combustível líquido extraído da água ardente, obtido em refinarias artesanais. Os lâmpões seriam então abastecidos por um receptáculo de vidro, ou folha-de-flandres, adaptado a cada poste e combustor⁽²⁾. Em Pelotas, este serviço já funcionava desde 1853, mas devido a problemas na sua administração fora transferido aos novos contratantes em 1854, uma firma de Porto Alegre, que o continuou até 1875⁽³⁾.

Um novo termo de compromisso firmado pela Presidência da Província em janeiro de 1867, previa a contratação de um serviço de iluminação pública a gás hidrogênio carbonado na capital, em Rio Grande e em Pelotas⁽⁴⁾. Mas o concessionário dos serviços, o vice-cônsul da França residente em Porto Alegre, Noel Paul Baptiste d'Ornano, enfrentou algumas dificuldades e jamais conseguiu construir as centrais de produção e distribuição de gás previstas. Em outubro de 1872, o contrato para as três cidades foi assumido pela firma de capital

⁽¹⁾ Relatório do Intendente Pedro Luiz Osório. Pelotas, 20.09.1922 (BBP).

⁽²⁾ 20.03.1857 - RPP nº 3 - pg. 32 (AHMPoA).

⁽³⁾ Relatório do Intendente Pedro Luiz Osório. Pelotas, 20.09.1922 (BBP).

⁽⁴⁾ 08.06.1868 - CM/CP nº 31 (AHMPoA).

inglês "Cia. St. Peter Brazil Gaz Limited", cujo funcionamento foi autorizado pelo Presidente da Província em março de 1873⁽⁵⁾. No ano seguinte, o primeiro gasômetro do estado entrava em atividade em Porto Alegre, sendo o gasômetro de Pelotas inaugurado em 1875, alimentando 420 combustores.

Em outubro de 1876, a St. Peter Gaz Ltd. suspendeu o contrato com o governo da Província. Em Pelotas, a Câmara Municipal autorizou a confecção de mais 264 lâmpões a querosene para serem instalados em locais apropriados em substituição aos da companhia de gás. Um novo contrato foi assinado em maio de 1877 pelo governo provincial. Com a transferência do contrato para iluminação pública a gás hidrogênio carbonado nas cidades de Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande a "Cia. Riograndense de Iluminação a Gáz", de capital gaúcho, foi reestabelecido o serviço em Pelotas⁽⁶⁾.

Até a Proclamação da República, a iluminação pública das comunas rio-grandenses era responsabilidade do governo provincial. A partir de janeiro de 1893, entretanto, estes serviços deveriam passar a ser custeados pelos cofres municipais. A elevação nos preços do carvão, importado da Inglaterra, e as sucessivas desvalorizações da moeda brasileira, determinaram considerável acréscimo nas tarifas de consumo do gás, importando num pesado fardo aos municípios. Seguindo tendência desencadeada pela administração de Porto Alegre e apoiando-se na política de socialização dos serviços públicos sustentada pelo discurso do Partido Republicano Rio Grandense (PRR), que ascenderia ao poder com a República, o acervo da Cia. de

(5) 01.03.1873 - RPP, n° 11 - p.2, 9 (AHMPoA).

(6) Relatório do Intendente Pedro Luiz Osório. Pelotas, 20.09.1922 (BBP).

Iluminação e Gáz em Pelotas foi encampado pelo intendente José Barboza Gonçalves em 1^o de abril de 1909. Entre os principais acionistas da Cia. responsáveis pela transação estavam o Banco Pelotense e o Banco da Província do Rio Grande do Sul⁽⁷⁾.

Na época, o gasômetro, que situava-se a Rua João Manoel, às margens do Canal de São Gonçalo, alimentava 850 combustores, que foram paulatinamente diminuindo até o seu fechamento no início da década de 40. Suas canalizações também atendiam algumas residências, prédios públicos e pequenas indústrias. A extinção do serviço foi em grande medida determinada pela dificuldade de importação da matéria prima durante a Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, o carvão gaúcho era um mau substituto, posto que as velhas máquinas do gasômetro não estavam adaptadas ao processamento de seu alto grau de cinzas, que dava baixo rendimento a sua combustão.

Primeiras tentativas: A Fiat Luz e os Três Antônios

Em geral, o surgimento da eletricidade nas cidades está associado às práticas de iluminação dos espaços públicos. Produzindo uma claridade mais intensa e sob custos inferiores, a eletricidade tornou-se logo preferível a outras formas de iluminação pública. No Rio Grande do Sul, nem sempre foi assim. A primeira usina elétrica do estado surgiu em 1887 em Porto Alegre, administrada pela Cia. Fiat Lux, distribuindo energia elétrica somente para iluminação de residências particulares. As ruas da capital apenas começaram a ser

(7) Escritura de 9 de agosto de 1909, lavrada no 2^o Cartório de Notas de Pelotas. O Banco da Província, especialmente, financiou a expansão de capital de algumas empresas do ramo de serviços públicos no Rio Grande do Sul, como a Cia. Fiat Lux e a Cia. Força e Luz Porto Alegrense.

iluminadas pela eletricidade em 1909. Jaguarão, com a inauguração de uma usina termelétrica em julho de 1901, foi a primeira cidade gaúcha a contar, juntamente com o fornecimento de eletricidade às casas, com um serviço de iluminação elétrica nas vias públicas.

Em Pelotas, não obstante as dificuldades enfrentadas com o alto custo do serviço a gás, as primeiras demarches para instalação de uma usina elétrica objetivavam tão somente a iluminação particular, pois achavam-se vinculadas às iniciativas pioneiras na capital. A lei provincial n. 1785 de 4 de abril de 1889, concedia a Aimable Jouvín, comerciante francês residente em Porto Alegre e incorporador da Cia. Fiat Lux, o privilégio por vinte anos de exploração dos serviços de eletricidade em todos municípios rio-grandenses⁽⁸⁾. Logo após a confirmação do privilégio pelo Ato Governamental do Estado n. 159, de 5 de março de 1891, foi dado início às obras de construção de uma usina termelétrica em Pelotas. Contudo, as dificuldades enfrentadas pela empresa, decorrentes, especialmente, da incipiência do mercado financeiro regional da época, limitando as possibilidades de financiamentos, e, ainda, da resistência da população em admitir a necessidade do serviço de iluminação elétrica nas residências, conduziram ao afastamento do Jouvín da direção da mesma e ao conseqüente abandono do projeto de expansão da Fiat Lux pelo interior do estado.

Com a paralisação das obras da usina, e tendo as responsabilidades sobre a disposição dos serviços de eletricidade sido transferidos aos municípios, conforme princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1891, a Intendência de Pelotas buscou dar

⁽⁸⁾ Fed - 14.10.1898 - Estatutos da Cia. Fiat Lux (MC6).

condução à questão, chamando concorrência pública e contratando, em 22 de novembro de 1898, o serviço com o capitalista Antônio Azevedo de Caminha, que, em 29 de julho do mesmo ano, fizera inaugurar a usina de Bagé, onde respondia pela concessão do município. Novo edifício para a usina elétrica foi então erigido, este, na Avenida Saldanha Marinho. O Conselho Municipal, então, chegou a consignar a quantia de 10 contos de réis (10.000\$000) para ser aplicada na iluminação elétrica das vias da cidade. Entretanto, mais uma vez faltaram recursos para a conclusão das instalações e a usina jamais entrou em operação⁽⁹⁾.

Sendo rescindido o contrato, foi chamada nova concorrência. A exploração dos serviços foi transferida ao tenente coronel Antônio dos Santos Fagundes, que também não conseguiu levá-la a efeito. Uma terceira concorrência pública entregou a concessão a Antônio Soares de Paiva, cuja validade acabou caducando em 20 de fevereiro de 1905 sem que os serviços pudessem ser inaugurados. Finalmente, uma nova concorrência motivou a assinatura do contrato de 17 de maio de 1912 com a firma Buxton, Cassini & Cia.⁽¹⁰⁾

A "Light" pelotense: argentinos e ingleses

Incorporada em 1899 em Buenos Aires, pelos sócios Harold B. Buxton, coronel Emílio Guilayn e o engenheiro Walter G. Cassini, a Buxton, Cassini & Cia. iniciou suas operações absorvendo o acervo da "Compañía Sud Americana de Electricidad", daquela capital, sucedendo-a em todas as suas representações de material elétrico. Em

⁽⁹⁾ Relatório do Intendente Pedro Luiz Osório, Pelotas, 20.09.1922 (BBP).

⁽¹⁰⁾ Relatório do Intendente Pedro Luiz Osório, Pelotas, 20.09.1922 (BBP).

outubro de 1919, a razão social da empresa foi trocada para Buxton, Guilayn & Cia.

No Rio Grande do Sul, a empresa iniciou suas atividades, investindo diretamente na produção de energia elétrica. Em Bagé, onde o coronel Guilayn tinha propriedades, assumiu o controle da usina local entre 1899 e 1900. Em seguida, a Buxton & Guilayn torna-se principal acionista da Companhia Santamariense de Luz Elétrica, cuja usina, na cidade de Santa Maria, entrou em funcionamento em 15 de novembro de 1898⁽¹¹⁾. Finalmente, a Buxton & Guilayn foi responsável pelas obras de ampliação das usinas de Uruguiana e Itaqui. Além da Argentina e do Rio Grande do Sul, esta empresa atuou largamente no Uruguai e no Paraguai, frequentemente ligando seu nome à instalação de usinas elétricas para companhias estrangeiras.

A agência da Buxton, Guilayn & Cia. em Londres, que operava desde 1908, certamente viabilizou o acordo com um grupo de capital inglês que constituiu a "The Rio Grandense Light and Power Syndicate Limited", para a qual foi transferido o contrato firmado com a Intendência de Pelotas em maio de 1912. Em 28 de junho de 1914, inaugurou-se os serviços de iluminação pública e distribuição de energia elétrica. O serviço transviário, que também contava no contrato, entrou em funcionamento em 20 de outubro de 1915. As obras foram conduzidas pela Buxton & Guilayn, que, além disso,

(11) Estas usinas estiveram sob seu controle até 1930, quando as ações majoritárias foram transferidas a outra empresa constituída em Buenos Aires, a Companhia Sul Americana de Serviços Públicos (SUDAN), administrada por capitalistas ingleses, a qual também açambarcou as concessões em Uruguiana, Alegrete, Livramento e Dom Pedro.

tomou parte na diretoria local da "Light" na pessoa do coronel Emílio Guilayn e, mais tarde, de Martín Guilayn.

A usina geradora, que situava-se à Praça Constituição, ao iniciar seus trabalhos, constava de "2 motores horizontais, fabricados por 'Davy, Paxman & Lenz', de capacidade de 500 cavalos de força cada um, um motor transformador de 350 kw, condensador tipo 'Brush', quadro de distribuição, duas caldeiras 'Babcock & Wilcox', (...) especialmente adaptadas para o consumo de carvão nacional". Trafegavam, então, cinco carros elétricos, entre a Praça da República, a Estrada de Ferro e o Porto⁽¹²⁾.

Em 1920, as instalações já haviam sido ampliadas. Trabalhavam na usina dois grupos geradores, constituídos cada um por uma caldeira multitubular e um motor a vapor horizontal de 550 cavalos, diretamente ligados, cada um, a um gerador de corrente contínua de 350 kw. Além destes grupos geradores, existia ainda um motor gerador de 150 kw. O conjunto todo, produzia uma capacidade instalada de 850 kw⁽¹³⁾.

Em 6 de julho de 1921, entrou em operação um novo grupo gerador. Constituía-se de "um motor a vapor, triplice expansão, vertical, dos fabricantes ingleses Bellis & Marcon, da força de 1.100 cavalos, velocidade de 275 r.p.m. e bomba lubrificante automática e acoplada a um dínamo da General Electric Co., inglesa, de corrente contínua, 750 kw a 440/500 volts". Uma nova caldeira Babcock &

(12) Empresa "Light and Power" de Pelotas - Almanach de Pelotas, 1916, (BBP).

(13) Relatório do Intendente Pedro Luiz Osório. Pelotas, 20.09.1922 (BBP).

Wilcox entrou em funcionamento em 19 de julho de 1922, substituindo as demais⁽¹⁴⁾.

Em 1922, portanto, a usina da Light, operando com 4 motores que totalizavam cerca de 2.200 HP, alcançava 1.600 kw de potência instalada. Segundo um levantamento encomendado pelo Executivo Municipal, esta capacidade atendia, à época, as demandas de força da indústria pelotense. Até 31 de dezembro de 1920, existiam 2.820 ligações de luz e força. Em 30 de junho de 1922, esta cifra atingiu o número de 3.246 consumidores de luz e força. Permaneciam, porém, cerca de 600 prédios ainda não ligados por falta de rede⁽¹⁵⁾.

Em 1920, a maior fonte de receitas da Light estava no serviço tranviário (425:913\$). O fornecimento de iluminação pública e particular rendia à empresa 397:423\$, enquanto que a distribuição de força às indústrias contribuía com apenas 128:799\$ para a receita da companhia. A renda alcançada com a distribuição de força pela Light equivalia a 15,6% da sua renda total. Em Porto Alegre, a renda obtida com o consumo de força na capital, representava 9,1% de sua receita total. O conjunto da renda da Light equivalia a 17% da receita da Cia. Força e Luz Porto Alegrense, que representava um volume de transporte de passageiros 8,5 vezes maior que o da Light⁽¹⁶⁾.

(14) A caldeira ocupava uma área de 80 pés quadrados e apresentava uma superfície de calefação da ordem de 3.474 pés quadrados. Sua pressão normal de trabalho era de 160 libras, devendo vaporizar 10.000 libras de água por hora, trabalhando com economizador e recebendo a água a uma temperatura de 300 graus Fahrenheit. Compunha-se de 21 seções, cada uma com 10 tubos de 4" de diâmetro. - Relatório do Intendente Pedro Luiz Osório. Pelotas, 20.09.1922 (BBP).

(15) Relatório do Intendente Pedro Luiz Osório. Pelotas, 20.09.1922 (BBP).

(16) Relatório da Repartição de Estatística do Estado sobre 1920. PoA, Oficinas Gráficas d'A Federação, 30.06.1921. (BFEF).

Em 1922, a Light fazia o tráfego de bondes em Pelotas com 12 carros-motores e 6 reboques. Assim como em Porto Alegre, a empresa fazia circular em algumas linhas certo número de carros com tarifas especiais para "operários", especialmente entre 5 e 7 horas da manhã e da tarde. Em 1923, a quantidade de carros-motores eleva-se para 16.

Entre 1912, época do contrato, e 1920, o preço da tonelada do carvão de São Jerônimo, o mais utilizado pela Light, subira de 20\$000 para 70\$000. Em 1920, as despesas com o combustível equivaliam a 50% da despesa de custeio total das instalações da Light, inviabilizando o funcionamento normal da empresa. Com base em um estudo técnico encomendado pela Intendência ao engenheiro Roberto Marinho, em 22 de fevereiro de 1920, o município revisa o contrato de 1912, estabelecendo um aumento nas tarifas de luz e força. As tarifas de luz, anteriormente fixadas em \$600, passaram a variar de \$650 a 1\$000, conforme a flutuação do preço do carvão. A tarifa de força motriz, situada entre \$200 e \$400, passou para \$450 a \$650, no máximo. Foi igualmente alterado o preço da iluminação pública, que era calculado com base na intensidade das lâmpadas instaladas. As tarifas de bonde permaneceram congeladas em \$350, e as de ônibus foram fixadas em \$500. As tarifas de luz e força eram inferiores às praticadas em Porto Alegre, onde equivaliam a 1\$200 e \$700, respectivamente. Já as de transporte eram mais caras, pois na capital a passagem de bonde era \$200, até 1925, quando passou a custar \$300.

Em 1925, são 4.108 os consumidores de luz e 267 os consumidores de força registrados pela Light. Destes últimos, eram poucos os que possuíam motores com mais de 15 HP em suas indústrias. A usina da Light produziu neste ano 3.116.009 kwh, dois

quais quase a metade foi consumida pela iluminação pública e particular. O restante foi dividido entre a tração e a força motriz, respondendo esta última por um consumo de apenas 740.000 kwh em todo o ano.

Em junho de 1926, o número de ligações chega a 4.447. Em 1927, a usina foi novamente ampliada, passando a operar com 5 motores, movidos a óleo e a vapor. Alcançou uma potência instalada de cerca de 2.200 kw. A empresa empregava então 231 operários e o capital nela investido montava a 100.000 libras esterlinas. A usina produziu em 1927, 2.086.193 kwh, dos quais 1.565.433 kwh foram consumidos pela iluminação pública e particular, sendo reservada a esta última a maior parcela, enquanto as indústrias consumiram 520.760 kwh⁽¹⁷⁾

Um novo contrato foi firmado entre a Intendência e a Light em 16 de março de 1927, pelo qual esta se comprometeu novamente a ampliar a capacidade da usina e estender finalmente as linhas de bondes em mais 15 km, para que se alcançasse a meta de 35 km de linhas previstos no contrato de 1912. Esta última revisão a qual condicionava-se à ampliação das instalações, era pleiteada pela Companhia desde maio de 1925. O município chegou a aventar a possibilidade de encampar a companhia, mas, considerando a falta de recursos, desistiu.

Ao final da década de 20, setores da imprensa pelotense observavam que a Light "vinha levando uma existência doentia", aferrada que estava a "um contrato anterior à guerra que é

inexequível". Para o Jornal Correio Mercantil, a má qualidade dos serviços, sempre denunciada pelo Público, era o resultado de "cláusulas draconianas" do contrato, as quais a Municipalidade negava-se rever. As tarifas de iluminação pública eram muito baixas, acabando por serem subsidiadas pelas de luz e força, que, mesmo assim, estavam entre as mais baixas do estado. O 'Correio Mercantil', órgão que se dizia representativo das "classes conservadoras" locais, batia-se pela revisão do contrato, já que esta fora a condição imposta pela Companhia Brasileira de Força Elétrica (CBFE) para a aquisição das ações da Light⁽¹⁸⁾.

A 'AMFORP'

A CBFE era uma empresa ligada ao grupo norte-americano Amforp, que entre 1927 e 1930 patrocinou uma forte investida no mercado brasileiro, absorvendo várias concessões em diversos estados da federação. Em maio de 1928, a CBFE assinara contrato de exclusividade com a Intendência de Porto Alegre, numa manobra política altamente duvidosa e muito criticada por alguns setores da imprensa da capital. Na época, as principais autoridades em energia elétrica no Rio Grande do Sul, bem como considerável parcela da opinião pública da capital, posicionaram-se contra o contrato assinado às pressas pelo intendente Alberto Bins.

Desde inícios de 1929, a CBFE mantinha tratativas com a direção da "Light and Power Syndicate" e com a administração municipal de Pelotas. Ao contrário do que se deu na capital gaúcha, em Pelotas o Executivo municipal resistiu às investidas da CBFE,

(17) Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul. Secretaria do Estado dos Negócios do Interior e do Exterior. Diretor Augusto M. de Carvalho, V ano, I Tomo. Anos 1925, 1926, 1927, PoA, 18. CM - 02.08.1929 (BPP)

(18) CM - 02.08.1929 (BPP).

enquanto a imprensa local declarava-se abertamente partidária da revisão do contrato em favor da CBFE.

O 'Correio Mercantil' exaltava as conquistas da indústria de energia elétrica nos Estados Unidos e os grandes investimentos levados a efeito pela Amforp no Brasil. Destacava que o grupo norte-americano propunha inverter a relação de preços nas tarifas em Pelotas, barateando os custos da luz e força-motriz e encarecendo o custo da iluminação pública, e que essa proposta, temida pela Intendência, seria muito favorável ao desenvolvimento da economia local. Finalmente, esquecendo-se que a Light fora até então administrada pelo capital inglês, exaltava vivamente o surto de progresso que o capital estrangeiro (e só ele) poderia trazer ao município, num grau de convicção que nenhum veículo da capital externara até então⁽¹⁹⁾

"Precisamos, assim, atrair o capital estrangeiro o mais possível, incentivando-o, dando-lhe garantias através de concessões e de acordos que lhe proporcionem um lucro justo e razoável (...), fomentarão as indústrias que não temos e virão ensinar-nos a organizar e a explorar racional e sistematicamente nossas riquezas."⁽²⁰⁾

Reconhecendo amargamente o atraso de Pelotas face ao desenvolvimento industrial da "região colonial" sul riograndense, onde sobressaíam-se os municípios de São Leopoldo, Novo Hamburgo e Caxias do Sul, o 'Jornal do Comércio' queria ver na "oportunidade oferecida" pela Amforp uma 'tábua de salvação', uma "alternativa" para a economia pelotense, que não poderia ser desperdiçada. Se em

⁽¹⁹⁾ CM - 11.08.1929 (BPP).

⁽²⁰⁾ CM - 07.08.1929 (BPP).

Porto Alegre a imprensa cobrava maior participação da opinião pública na discussão sobre o Contrato com a CBFE, em Pelotas a imprensa cobrava publicidade às razões que levavam o edil, João Py Crespo, a recusar a proposta da companhia norte-americana.

Entre setembro e outubro de 1929, a Amforp assumiu o controle da Light, sem, no entanto, lograr a pretendida revisão do contrato com a Intendência. Diversas cláusulas do Contrato inspiravam divergências entre a CBFE e a administração municipal, o que resultou numa convivência tensa entre ambas. Trajetos e horários de bondes eram freqüentemente motivo de impasses. A decisão sobre a revisão contratual foi então entregue pela companhia e pela Intendência a um tribunal arbitral⁽²¹⁾. Um novo contrato, entretanto, seria estabelecido apenas em 13 de agosto de 1938.

Como que compensando a resistência do Executivo municipal ao aumento das tarifas de iluminação pública, a Amforp negou-se a conceder reajustes salariais aos funcionários da Light. Em 4 de dezembro de 1930, explode o primeiro grande movimento grevista da empresa sob administração do grupo norte-americano. Os operários da Light exigiam melhores condições de trabalho, aumento salarial, direito à organização sindical e readmissão de seus companheiros demitidos sem justa causa. O movimento paredista, que começou com os condutores e fiscais de bondes, prolongou-se por 4 dias. Todas as reivindicações foram aceitas, com exceção do aumento de salários⁽²²⁾.

Durante a greve, os operários da Light mantiveram uma atitude pacífica evitando distúrbios. Mas, como costumava acontecer em casos

⁽²¹⁾ DP - 04.1.1930 (BPP).

⁽²²⁾ CM - 05.12 a 09.12.1930; DP - 05.12 a 09.1.1930 (BPP).

como estes no Rio Grande do Sul republicano, o fornecimento de luz e energia e, sobretudo, o tráfego de bondes não foram interrompidos, pois contingentes da Brigada Militar cercaram a usina e operaram os veículos. Diversos populares, solidários aos motomeiros e fiscais da Light, acharam ostensiva a guarda nos bondes e reagiram com violência. Grande número de combustores da iluminação pública foram quebrados e 5 bondes foram completamente destruídos.

Num estado em que um mesmo partido político mantinha-se por décadas no poder, decidindo os rumos da coletividade em gabinetes fechados e esvaziando os canais de expressão da cidadania, ao povo praticamente só restavam tais rompantes como forma de manifestação de sua opinião. Explosões semelhantes tiveram lugar em Porto Alegre durante as décadas de 20 e 30, geralmente tomando como alvo o transporte transviário. Dependendo os trabalhadores urbanos da época visceralmente dos serviços de bondes, a má condição destes tornava-se pungente expressão da opressão política e social a que estavam submetidos. O episódio de Pelotas traduz não só o apoio dos usuários dos serviços de viação aos motomeiros em greve, mas também o repúdio aos maus serviços da companhia, bem como ainda adquire um sentido de revolta face à interferência e à própria figura do Estado.

A ameaça foi logo sentida pelo então interventor Flores da Cunha que solicitou o patrulhamento da cidade pelo exército. Flores, ainda, enviou imediatamente a Pelotas, por avião, o delegado auxiliar da polícia estadual, Dario Barbosa, que responsabilizou-se pela segurança pública e tomou parte nas negociações para o fim da greve.

Quanto à Amforp, transcorrido o incidente, tratou de adequar a Light aos seus padrões administrativos. A companhia passou a tomar

parte ativa na vida social da cidade, chegando a promover alguns eventos, como os que homenagearam a vencedora do concurso de Miss Universo, Yolanda Pereira, natural de Pelotas, em 1929 e 1930, como forma de tornar-se simpática à população local, internamente, desenvolveu mecanismos de cooptação dos trabalhadores, instituindo prêmios por bons serviços e criando espaços de lazer. A relação entre diretoria e os trabalhadores, no entanto, continuou instável. Em 23 de junho de 1934, irrompe novo movimento grevista, sendo sustados os serviços de bondes e da usina. As reivindicações continuavam semelhantes: reintegração de motomeiros suspensos sem justa causa; remodelação do regulamento interno da empresa; supressão da fiscalização secreta; aumento dos salários⁽²³⁾. Uma terceira greve explodiu em março de 1948, deixando a cidade totalmente às escuras. Desta vez, "a pronta ação da polícia debelou o movimento"⁽²⁴⁾.

Durante a década de 30, alguma melhora nos serviços prestados ao público pôde ser registrada na instalação de mais um motor na usina, que aumentou sua capacidade instalada em cerca de 600 kw. Novos investimentos tiveram de aguardar a assinatura do Contrato de 1938. Logo depois, a companhia promoveu a instalação de uma turbina Stal, de 1.400 kw. Depois disso, apenas em 1951 a usina seria novamente ampliada, com a instalação de um grupo gerador Diesel de 1.000 kw. Em 1957, outra turbina Stal de 1.400 kw entra em funcionamento, além de mais dois motores Diesel de 1.000 kw cada um. Outro motor Diesel de 1.000 kw foi instalado em 1958⁽²⁵⁾.

⁽²³⁾ CP - 24.06.1934 (MCS)

⁽²⁴⁾ CP - 05.03.1948 (MCS).

⁽²⁵⁾ História da Energia Elétrica no Município de Pelotas. CEEE, Gerência Regional de Pelotas, 30.04.1976 (mimeo.) (ME).

Segundo o Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul de 1941, Pelotas chegava ao final da década de 30 como a segunda maior produtora de eletricidade no estado, sendo apenas suplantada por Porto Alegre. A capacidade total instalada na usina da Light chegava a cerca de 4.500 kw, resultando do trabalho de 7 diferentes motores. Entretanto, conforme os dados do Anuário Estatístico, o consumo de eletricidade em Pelotas permanecia inferior, além da capital, ao da cidade de Rio Grande, onde a usina municipal dispunha de somente 3.950 HP de potência instalada, ao lado de duas pequenas termelétricas particulares, cuja potência instalada alcançava 88 HP. Em Rio Grande, ao contrário de Pelotas, e mesmo de Porto Alegre, o consumo de força industrial superava o de luz. As instalações da Amforp em Porto Alegre e Pelotas, respondiam então por cerca de 47,3% da capacidade total instalada no Rio Grande do Sul. A usina de Pelotas respondia por 19% da capacidade total da Amforp no estado. Juntas, as usinas de Porto Alegre e Pelotas atendiam 70% do consumo total de energia elétrica no estado, sendo que a capital sozinha, consumia 64,9% da energia total produzida no Rio Grande do Sul⁽²⁶⁾.

Pelotas chegou até 1948 sem graves problemas de racionamento de energia elétrica, enquanto Porto Alegre, e inúmeros outros municípios do estado, sofriam desde o início da década de 40 com a carestia de eletricidade. Em Porto Alegre, os racionamentos impuseram sua condição mais dramática entre 1947 e 1949; Pelotas enfrentou rigorosas carências especialmente no início dos anos 50. Nos bairros da cidade, havia diariamente falta de eletricidade por várias

⁽²⁶⁾ CP - 09.01.1943 MCS).

horas. O centro costumava ser poupado. Entre 1950 e 1951, velas e lâmpadas freqüentemente escasseavam no comércio pelotense⁽²⁷⁾.

Durante o prazo de concessão da Light em Pelotas, considerou-se algumas vezes a possibilidade de exploração do potencial hidráulico do rio Camaquã como forma de resolver-se definitivamente o problema do abastecimento de energia elétrica da cidade. Os primeiros estudos foram encomendados pelos diretores da companhia ainda na década de 20, mas não alcançaram maiores resultados. Durante a gestão norte-americana, o assunto não mereceu grande atenção, já que a empresa obtinha seguramente alta remuneração sobre o capital investido na usina termelétrica, cuja energia produzida era sem dúvida bem mais cara do que seria a fornecida por uma central hidrelétrica. Além disso, de modo geral, a Amforp não investiu em novas centrais geradoras após a absorção das diversas concessões em todo território nacional.

Com a criação da Comissão Estadual de Energia Elétrica, em 1943, representantes da Zona Sul do estado e, especialmente, de Pelotas, passaram a reivindicar junto ao governo estadual a construção de uma hidrelétrica no rio Camaquã, com potencial inicial de 20.000 kw ⁽²⁸⁾. Entretanto, o Plano de Eletrificação da CEEE, de 1945, privilegiou a região centro-norte do estado, zona economicamente mais dinâmica, em virtude do forte surto industrializante que vinha apresentando, e onde a carência de eletricidade se fazia bastante dramática. Como alternativa ao programa de investimentos da CEEE, alguns deputados da Zona Sul chegaram a propor fórmulas de parceria do estado com a capital regional para viabilização de obras de geração

⁽²⁷⁾ CP - 03.04.1951; 14.04.1951 (MCS).

⁽²⁸⁾ CP - 08.06.1943 (MCS).

hidrelétrica na região, idéia que pareceu ecoar "com entusiasmo junto às classes produtoras pelotenses", mas que não revestiu-se de repercussão prática⁽²⁹⁾. A primeira obra de vulto inaugurada pela CEEE na Zona Sul do Estado foi a Usina Termelétrica de Candiota, realizada em parceria com o governo federal e que entrou em funcionamento em 1961, com 20.000 kw de potência.

Em 23 de março de 1966, findou o prazo de concessão da "The Rio Grandense Light and Power Syndicate Limited". Uma nova companhia subsidiária da Eletrobrás, a Companhia Pelotense de Eletricidade (CPE), assumiu o acervo da Arnforp, sucedendo-a nos serviços de eletricidade em Pelotas. O Decreto nº 59.419 de 26 de outubro de 1966 do Presidente da República, autorizou o funcionamento da CPE.

Em 1967, a CPE deu início à construção de uma nova usina em Pelotas, a Usina Termelétrica do Porto (USP), a qual entraria em funcionamento em fins de 1972, dispondo de uma capacidade instalada de 12.000 kw. Também em 1967, a CPE deu andamento a um amplo programa de reformas na rede de distribuição de eletricidade em Pelotas. Esta obra foi concluída apenas em 1973, sendo instalados 3.040 novos postes de concreto e 11.179 novos postes de madeira tratada. Na antiga usina, foram instalados, em 1968, dois motores Diesel de 1.000 kw cada um. Em 1970, mais dois. As duas turbinas Stal inauguradas em 1938 e 1957, foram substituídas em 1971⁽³⁰⁾.

Em 28 de dezembro de 1972, em Porto Alegre, a Eletrobrás e a CEEE acertaram a transferência do acervo da CPE para a CEEE. Em

⁽²⁹⁾ CP - 24.0.1948 (MCS).

⁽³⁰⁾ História da Energia Elétrica no Município de Pelotas. CEEE, Gerência Regional de Pelotas, 30.04.1976 (mimeo.) (ME).

25 de novembro de 1974, a CEEE retirava de operação a Usina Termelétrica do Porto e as 10 unidades Diesel de 1.000 kw cada uma, em decorrência da mudança de frequência para 60 Hz no município. Neste momento, a cidade de Pelotas deixou de contar com sua geração própria da ordem de 22.500 kw para interligar-se ao sistema Eletrosul, através das subestações da CEEE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação dos serviços de eletricidade em Pelotas foi quatro vezes tentada sem sucesso por capitalistas regionais entre 1891 e 1912. Estes fracassos consecutivos indicam a condição de frágil capitalização do mercado financeiro riograndense e pelotense na época, além de sugerir a existência de um campo de consumo de energia elétrica pouco desenvolvido, especialmente determinado pelo baixo consumo de força industrial. Mesmo sendo os eletrodomésticos bem pouco difundidos antes dos anos 50, a principal fonte de receitas da indústria de energia elétrica em Pelotas foi o fornecimento de eletricidade para a iluminação particular, pelo menos até os anos 40, conforme os dados de que dispomos, e, em seguida, para a iluminação pública, tendência esta, extensiva a quase todo estado. No início dos anos 40, poucas cidades no Rio Grande do Sul apresentavam, junto às usinas das empresas de eletricidade, um consumo de força-motriz superior ao de iluminação⁽³¹⁾.

As usinas achavam-se em geral ligados motores de baixa potência, os quais operavam em indústrias de pequeno e médio porte.

⁽³¹⁾ Entre elas, as cidades de Rio Grande, Novo Hamburgo, São Leopoldo e Santa Cruz (Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul, 1941, op. cit.).

Setores mais ágeis e capitalizados da indústria riograndense implantavam seus próprios sistemas de geração de eletricidade, fugindo, assim, das altas tarifas impostas pela indústria de energia elétrica no Rio Grande do Sul. Em geral, as empresas de eletricidade no estado pouco se beneficiaram do surto industrializante e, por outro lado, antes de incentivá-lo, freqüentemente foram responsáveis pelo seu estrangulamento, em virtude da baixa oferta de força motriz e do regime escorchante de tarifas. Os dados disponíveis sobre Pelotas, aqui desenvolvidos, confirmam esta tendência regional⁽³²⁾.

Não obstante os serviços de eletricidade terem sido planejados com pioneirismo em Pelotas, em fins do século XIX, sua primeira usina foi inaugurada apenas em 1914, quando as principais cidades gaúchas já dispunham destes serviços. A viabilização da indústria de energia elétrica em Pelotas verificou-se a partir deste investimento do capital estrangeiro, notadamente de origem inglesa, através do privilégio cedido a uma companhia comercial argentina, que, no Rio Grande do Sul, atuava diretamente na geração de eletricidade desde 1898. A associação entre capital argentino e inglês produziu um tipo único de estruturação de capital da indústria de energia elétrica no Brasil, que novamente seria reeditado no Rio Grande do Sul com a SUDAN, nos anos 30.

⁽³²⁾ A Cia. Fiação e Tecidos Pelotense possuía desde 1908, data de sua fundação, um gerador elétrico de 50 HP, que destinava-se a iluminação interna do prédio da indústria, por meio de 400 fôcos; 6 anos antes, portanto, da inauguração da usina da Light (Almanach de Pelotas, 1916, op. cit.). Sobre o tema, ver: AXT, Gunter. Política Energética e Indústria de Energia Elétrica no Rio Grande do Sul Republicano. *Cadernos de Estudos do CPG de História*. PóA, UFRGS, 1994.

A Primeira Guerra Mundial dificultou o quadro financeiro da Light pelotense, cujos investimentos apresentaram sempre uma defasagem em relação às reais necessidades de consumo e demandas de serviços na cidade. Em 1929, a Amforp, companhia de capital norte-americano que expandia-se pelo Brasil e já obtivera garantias de privilégio em Porto Alegre, incorpora o acervo da Light, prometendo a ampla remodelação de seus serviços, caso o contrato da empresa fosse reestudado pela Intendência. Para a classe mercantil pelotense, representada no 'Correio Mercantil', a nova investida do capital estrangeiro era a alternativa de redenção econômica do município, pois ela promoveria o desenvolvimento de novas indústrias na região. O Executivo Municipal apenas rendeu-se à revisão contratual nove anos mais tarde, pois importavam-lhe, particularmente, os baixos custos da iluminação pública previstos no antigo contrato de 1912. Ao contrário de Porto Alegre, em Pelotas a Intendência não facilitou a penetração da Amforp, mas também não chegou a ser refratária à mesma, como foram as Intendências de Santa Cruz, Rio Grande e São Leopoldo. Se, em 1927, Pelotas possuía tarifas de energia elétrica inferiores à maioria das cidades gaúchas, nos anos 40 apresentava os preços mais elevados de todo o estado. Esta situação provavelmente contribuiu para que a segunda maior cidade do estado, que dispunha da segunda maior capacidade instalada, apresentasse um consumo total de energia elétrica inferior, além do da capital, ao da cidade de Rio Grande, pois, se em Pelotas, o consumo de força motriz era significativamente inferior.

As relações da Amforp com seus funcionários em Pelotas foram consideravelmente tensas, importando em pelo menos três

grandes paralisações entre 1930 e 1948. As reivindicações englobavam aumentos salariais, protestos pela demissão de funcionários sem justa causa, repúdio ao regulamento interno da empresa e às práticas de fiscalização da mesma. Na primeira delas, melhor documentada até o presente momento, a população da cidade dispensou amplo apoio aos grevistas, chegando a promover distúrbios e quebra-quebras, forma corrente de crítica aos serviços públicos, especialmente transviários, no Rio Grande do Sul republicano.

Apesar dos conflitos com seus operários, das críticas dos usuários dos serviços, das altas tarifas cobradas e dos severos racionamentos de eletricidade de início dos anos 50, a Amforp chegou ao final do prazo de concessão da Light, em Pelotas, ao contrário do que se verificou em Porto Alegre, onde as instalações da CEERG foram encampadas pela CEEE em 1959. Em Pelotas, ao que tudo indica, o discurso socializante para o setor de energia elétrica jamais gozou do prestígio que alcançou em outras importantes cidades do estado, como Porto Alegre, Rio Grande e São Leopoldo, não chegando a produzir nenhum resultado prático. Com o término do prazo de concessão da Light, os serviços de eletricidade em Pelotas passaram a ser explorados pelo governo federal, por meio de uma subsidiária da Eletrobrás. A CEEE assumiu, em 1972, tardiamente a responsabilidade sobre o fornecimento de eletricidade à Pelotas. O Plano de Eletrificação do Estado de 1945 não chegou a beneficiar diretamente à cidade de Pelotas; em parte porque outras regiões do estado enfrentavam situações ainda mais críticas no fornecimento de energia elétrica, em parte porque não houve em Pelotas uma mobilização coletiva de expressão pela encampação das instalações da Light, como as que

tiveram espaço em Porto Alegre e nas cidades da fronteira, nas quais operava a SUDAN. Até 1974, quando a CEEE desativou as instalações da CPE, a energia elétrica em Pelotas ainda era fornecida por motores a Diesel e a gás pobre (carvão).

SIGLAS

AHM - Arquivo Histórico Municipal (PoA)

MCS - Museu de Comunicação Social

ME - Museu de Eletricidade (CEE)

HPP - Biblioteca Pública de Pelotas

CP - Correio do Povo

1^{ed} - Jornal A Federação (PoA)